

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA
(NADADORES-SALVADORES) DO COMPLEXO
BALNEAR DO PORTO MONIZ E PRAIA DO CAIS DO
SEIXAL

Caderno de Encargos

abril 2025

ÍNDICE

CADERNO DE ENCARGOS	1
Cláusula 1.ª - Objecto	3
Cláusula 2ª - Gestão do contrato	3
Cláusula 3.ª - Contrato	3
Cláusula 4.ª - Prazo	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
Cláusula 5.ª - Obrigações do prestador de serviços	4
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 7.ª - Prazo do dever de sigilo	5
Cláusula 8.ª – Proteção de Dados	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PORTO MONIZ	5
Cláusula 9.ª - Preço Base e Preço contratual	5
Cláusula 10.ª - Condições de pagamento	6
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS	7
Cláusula 11.ª - Garantia de cumprimento contratual	7
CLÁUSULA 12.ª - FORÇA MAIOR.....	7
CLÁUSULA 13.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE	8
CLÁUSULA 14.ª - RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR.....	8
CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	8
Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual	8
CLÁUSULA 16.ª - FORO COMPETENTE	8
Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações.....	8
Cláusula 18.ª - Legislação aplicável.....	9

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Objecto

O presente Caderno de Encargos tem por objeto principal a celebração de um contrato de **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA (NADADORES-SALVADORES) DO COMPLEXO BALNEAR DO PORTO MONIZ E PRAIA DO CAIS DO SEIXAL** nomeadamente através da alocação de nadadores-salvadores profissionais, devidamente uniformizados e equipados, para exercício de funções em espaços balneares do Município de Porto Moniz (Complexo Balnear do Porto Moniz e Praia do Cais do Seixal).

Cláusula 2ª - Gestão do contrato

1 - O Município de Porto Moniz designa como gestora do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aditado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, conjugado com o artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M, de 15 de março, a Doutora Sandra Marlene da Câmara Rodrigues, Diretora do Departamento de Administração Geral em regime de substituição.

2 - O adjudicatário fica nomeado (podendo, em alternativa, nomear outro técnico) que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 - O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 - Caso se verifiquem situações anómalas na prestação dos serviços, e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Cláusula 3.ª - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª - Prazo

A presente aquisição de serviços finda a 31 de outubro de 2025.

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 5.ª - Obrigações do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, decorrem para o prestador de serviços obrigações presentes no anexo A do presente caderno de encargos.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Porto Moniz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª – Proteção de Dados

1 — O artigo 6.º do **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados** indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”*.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a **publicitação do contrato**, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações do Município do Porto Moniz

Cláusula 9.ª - Preço Base e Preço contratual

1 – Pela prestação do serviço, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto Moniz deve pagar ao prestador do serviço em causa o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, não excedendo o montante 50.000,00 € (cinquenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se legalmente aplicável.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

3- Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município do Porto Moniz nos termos da cláusula anterior devem ser pagas em 6 parcelas mensais, no prazo de 30 dias após a receção pelo Município do Porto Moniz das respetivas faturas, sendo que não estão previstos adiantamentos de preço, conforme n.º 4 do artigo 292.º do CCP.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município do Porto Moniz, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador do serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 11.ª - Garantia de cumprimento contratual

O Município pode proceder à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador do serviço das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 12.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador do serviço, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte do fornecedor

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

Capítulo IV - Disposições finais

Cláusula 15.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

Anexo A - Anexo técnico

O serviço deve ser prestado por nadadores-salvadores profissionais, devidamente uniformizados e equipados, devendo ser garantido o cumprimento do regime aplicável à atividade de nadador-salvador, ao abrigo do disposto na Portaria n.º 311/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 189, de 28 de setembro, alterada pela Portaria n.º 168/2016, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 114, de 16 de junho.

O serviço objeto do presente contrato deverá ser prestado nas seguintes condições:

- 1 nadador-salvador profissional, devidamente uniformizado e equipado, alocado ao Complexo Balnear de Porto Moniz (ou à Frente-Mar do Porto Moniz quando as condições do mar exijam o encerramento do Complexo), 10 horas por dia (período compreendido entre as 09 horas e as 19 horas), 7 dias por semana, durante 184 dias (01 de maio de 2025 a 31 de outubro de 2025);
- 2 nadadores-salvadores profissionais, devidamente uniformizados e equipados, alocados à Praia dos Cais do Seixal, 10 horas por dia (período compreendido entre as 09 horas e as 19 horas), 7 dias por semana, durante 122 dias (01 de junho de 2025 a 30 de setembro de 2025);

A proposta a apresentar para a prestação do serviço de vigilância, prestação de salvamento e assistência a banhistas deve incluir todas as despesas inerentes ao serviço em causa, nomeadamente no que respeita a alimentação, transporte e alojamento dos nadadores-salvadores profissionais, bem como a organização e dinamização das seguintes atividades:

- 3 ações de sensibilização (jogos e conselhos para as crianças alusivos aos comportamentos a adotar nas praias);
- 1 visita ao Centro de Salvamento Costeiro (Santa Cruz) para conhecimento da missão de Salvaguarda da Vida Humana no Mar, das instalações, meios técnicos, incluindo atividades alusivas à segurança adaptadas à faixa etária dos destinatários;
- 1 ação de informação e sensibilização com presença de uma embarcação de socorro nas águas balneares.